

STJ00098723

MÁRCIO TADEU GUIMARÃES NUNES

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

RECONSTRUÇÃO DA VERDADE HISTÓRICA,
AMBIENTES REGULATÓRIOS E O
DIREITO À INTIMIDADE

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, inverno de 2013
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

Coordenação editorial: Vinicius Vieira

**Diagramação: Antonio Marcos Cavalheiro;
José Ubiratan Ferraz Bueno**

Revisão gramatical: Rafael Almeida

Capa: Eduardo Nallis Villanova

NUNES, Márcio Tadeu Guimarães. Lei de Acesso à Informação: Reconstrução da Verdade Histórica, Ambientes Regulatórios e o Direito à Intimidade – São Paulo: Quartier Latin, 2013.

ISBN 85-7674-671-9

1. Direito à Informação I. Título

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito à Informação

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Dedicatória.....	11
Prefácio.....	13
Apresentação	17
Introdução	21

Premissas Teóricas: Apontamentos Vestibulares sobre o Tema27

a) Privacidade X curiosidade mesquinha	29
b) Riscos de dribles e manobras diversionistas	35
c) Tenho implicações (mas estou implicado).....	41
d) A função do medo e sua correlação com a estrutura da regulação.....	45
e) A normatização Executiva e Legislativa: o papel do Judiciário	47
A Proposta de Emenda Constitucional nº 33/2011 e o “Court-Packing Plan” nacional	50

Proteção da Integridade do Sistema Regulado:

O Novo Marco Regulatório e Suas Tensões com a

Ordem Econômica e Social.....57

a) O “Custo dos Direitos” e a necessidade de transparência nos gastos públicos	60
b) As sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência no mercado e as empresas privadas	70
c) Alguns exemplos de ambiguidades da LAI	72

A Insegurança Jurídica Criada.....75

a) Risco de abismo regulatório	80
b) Leis “Teresocas”	85
c) A Importação de esdrúxulos modelos: o exploratório, cansativo e lastimável bartolismo brasileiro	91
d) Para onde está indo a regulação?.....	95
Mais um equívoco sobre o alcance do dever de informar	97
e) Limites constitucionais do acesso à informação: disparidade no tratamento da matéria e os tristes paradoxos regulatórios	102
f) Sístole e Diástole: o tratamento judicial da liberdade instrumentalizada na Lei nº 12.527/11	107
g) Lei nº 12.527/11 (Acesso à Informação) vs. LC nº 105/01 (Sigilo Bancário): violações diretas e reflexas	110

O Alcance da Lei de Acesso à Informação: Seu Real Escopo	119
a) Pedido imotivado de acesso a informações: razões para a LAI não prever contraditório prévio, tutela de informação eminentemente privada, negativa de acesso à informação e a Lei nº 9.784/99. Um paradoxo?.....	138
b) Sanções	140
c) A Questão da “retroatividade” do art. 7º, III da LAI: necessárias distinções para sua correta aplicação	144
Interesses eminentemente privados e tutela dos Direitos Humanos: necessárias distinções para fim de aplicação automática da LAI ao passado.....	148
d) O problema hermenêutico, a insegurança jurídica e o custo para a legitimidade da regulação.....	151
e) O que é “pessoa pública”?	153
f) A questão da remuneração dos servidores estatais.....	166

A Regulamentação da Lei de Acesso à Informação na

Região Sudeste	177
a) Estado do Rio de Janeiro: Decreto nº 43.597/12	182
b) Município do Rio de Janeiro: Decreto nº 35.606/12	184
c) Estado de São Paulo: Decreto nº 58.052/12	187
d) Município de São Paulo: Decreto nº 53.623/12	189
e) Estado de Minas Gerais: Decreto nº 45.969/12.....	193
f) Município de Belo Horizonte: Decreto nº 14.906/12.....	197
g) Estado do Espírito Santo: Lei nº 9.871/12.....	202
O Decreto estadual regulamentar nº 3.152-R/12	204
h) Município de Vitória: Lei nº 8.286/12	207
O Decreto municipal regulamentar nº 15.520/12.....	209

Áreas Sensíveis da Economia em Matéria de Sigilo: CVM,

BACEN e a Lei de Acesso à Informação	213
a) LAI, Instrução Normativa nº 480 da CVM e o direito ao sigilo/intimidade	218
b) A LAI e os limites da ação fiscalizadora da Administração Pública: inaplicabilidade da LAI face a regimes especiais minudentemente regulados....	225

A LAI sob a Ótica do Tribunal de Contas da União (TCU).....

Possibilidade de interpretação da Constituição conforme a lei/atos infralegais.....	233
a) O caso Consórcio Passarelli/GEL <i>vs.</i> informações sigilosas da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras)	236
b) A não aplicação da LAI às Entidades Fechadas de Previdência Complementar	241

c) Regulação contrária aos preceitos da LAI e o regramento do CADE.....	241
d) A extensão da <i>ratio decidendi</i> do TCU para o âmbito interno das entidades privadas: um estudo de caso	242
Conclusão parcial	245

A Comissão Nacional da Verdade e a Lei de Acesso

à Informação	247
a) A questão da imprescritibilidade dos crimes cometidos durante a Ditadura Militar	252
b) A questão da imprescritibilidade em sede de responsabilização civil.....	263
c) O poder da Comissão da Verdade: o art. 4º da Lei nº 12.528/11	265
d) Do uso da prova emprestada colhida pelas Comissões da Verdade: possibilidade de seu uso em futuras ações judiciais	269

Questões Residuais Para Reflexão.....273

a) Exploração e produção de petróleo e gás: proteção à cláusula de confidencialidade em <i>Joint Operating Agreement</i> (JOA) perante a Lei nº 12.527/11	275
b) A discussão sobre o Marco Civil da Internet (PL nº 2.126/11): neutralidade da rede e armazenamento de dados sob o enfoque da LAI.....	277

Conclusão283

Bibliografia	311
Jurisprudência.....	315
Eletrônicas e Periódicos.....	317
Legislativas	324
Diversos	326
Anexos.....	329